



AGROTÓXICOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NA AGRONOMIA

GABRIEL FERREIRA DE BRITO⁵¹

RESUMO

Tendo como referência a obra de Bruno Latour, o artigo analisa comparativamente agrotóxicos no curso de Ciências Sociais e defensivos agrícolas no curso de Agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Através de observações e análise documental dos projetos pedagógicos e de ementas de disciplinas, chega-se à conclusão que, apesar de serem o mesmo actante, fazem parte de redes distintas.

PALAVRAS-CHAVE: Agrotóxicos. Defensivos agrícolas. Ciências Sociais. Agronomia. Teoria ator-rede.

ABSTRACT

With reference to the work of Bruno Latour, the article comparatively analyzes pesticides in the Social Sciences course and in the Agronomy course at the Federal Rural University of Pernambuco. Through observations and documentary analysis of pedagogical projects and course syllabus, it is concluded that, despite being the same active, they are part of different networks.

KEYWORDS: Pesticides. Social Sciences. Agronomy. Actor-network theory.

Introdução

Neste texto, descrevo, em formato de rede, como a aprendizagem universitária em diferentes áreas é, simetricamente, associada aos interesses de diferentes actantes (atores humanos e não humanos). Quando uso o termo simetricamente, estou apontando para uma abordagem teórica que não pressupõe valores sobre certo e errado ou opõe crença e verdade. O objetivo é apenas analisar como diferentes associações vão se constituindo e moldando aquilo que estamos acostumados a chamar nas Ciências Sociais de cultura e sociedade.

A metodologia utilizada foi a seguinte: observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Com a observação participante – meio clássico de pesquisa qualitativa, desenvolvido principalmente na antropologia britânica e, posteriormente, na

⁵¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestre em Sociologia pela UFPE, doutorando em Antropologia pela UFPE. Email: gabrielmop@hotmail.com



antropologia cultural norte-americana – dediquei um mês assistindo aulas de uma cadeira chamada “Controle de plantas invasoras”, em Agronomia, e assistindo aulas práticas com a mesma turma. Depois disso, entrevistamos três discentes do curso para identificar qual seu posicionamento sobre agrotóxicos. O tempo dedicado às Ciências Sociais foi consideravelmente maior, o que desautoriza uma comparação, digamos, equivalente com a Agronomia. Neste sentido, e apesar de realizar quatro entrevistas neste campo, decidi, aqui, não reproduzir nem dados das entrevistas, nem aqueles dados decorrentes da observação participante. Recorreremos a eles apenas de modo ilustrativo. Minha verdadeira comparação entre os campos é bem melhor descrita quando recorreremos apenas à análise documental⁵².

Analisei os chamados Planos Políticos Pedagógicos de cada Curso (Agro. e CS). Mas me concentrei nas ementas de duas cadeiras: Controle de plantas invasoras (Agro); e Meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade (CS). Além desses dados, também analisei arquivos institucionais em meio eletrônico - páginas dos cursos que permitem identificar seu histórico e objetivos de cada curso.

Agrotóxicos ou defensivos agrícolas?

O que é um agrotóxico? Como se torna claro com o passar do tempo para quem estuda as práticas e a ação a partir de uma teoria nascida dentro dos chamados estudos sociais sobre ciência e tecnologia, também das chamadas etnografias de laboratório dos anos 1970 e 1980 na Europa e EUA, nomes e significados não importam tanto quanto o que é feito com e a partir deles. Por isso, aqui, essa questão aparentemente irrelevante foi o que chamou a minha atenção durante minha formação em Ciências Sociais na UFRPE. Para deixar as coisas mais claras, contextualizarei a leitora, pois nas associações político-jurídicas, o termo agrotóxico já estava estabilizado - até o momento⁵³.

Até o ano de 1988, ao menos no Brasil, o termo que designava um dado conjunto de substâncias era defensivo agrícola. Contudo, a partir da Constituição de 1988, o termo oficial passou a ser agrotóxicos. Apesar disso, na UFRPE, em ao menos duas ocasiões, pude perceber pessoas ligadas à área de agrárias falarem ainda defensivos agrícolas (e tratava-se de jovens estudantes); ao passo que no cotidiano entre cientistas sociais, agroecólogas e feministas, o termo era obrigatoriamente agrotóxicos.

Para enquadrar meu objeto de pesquisa dentro da ótica da teoria ator-rede, em seu des-

52 Aqui levo em consideração críticas dos professores Josias Vicente de Paula Jr, da UFRPE; e do professor Artur Fragoso Perrusi, da UFPE. No entanto, os erros, infelizmente, são sempre de minha responsabilidade. Mas é importante deixar isso claro para que, por outro lado, possamos demonstrar para estudantes de graduação que erros e tropeços são sempre possíveis e devem ser encarados, no mínimo, como parte da aprendizagem, não como “estigmas” ou “impedimentos”.

53 Aqui ocorre uma analogia com o conceito de gênero, tão utilizado em cursos universitários, mas designado como “ideologia” de gênero na grande mídia e por opositores que buscam impedir o desenvolvimento deste campo científico na Educação Básica.



dobramento mais próximo à sociologia, denominada sociologia associativa, pois estuda o desenvolvimento de associações sociais; não o social como uma estrutura coercitiva que agiria sobre “os ombros” da sociedade; decidi não me preocupar com o nome, mas com os actantes associados a cada nome - de um lado, defensivos agrícolas; de outro lado, agrotóxicos. Respectivamente: Agronomia e Ciências Sociais.

Cientistas sociais e agrotóxicos

Com a Constituição de 1988, conforme redemocratização do Brasil depois de longos anos de Ditadura Militar (1964-1985), defensivos agrícolas foram rebatizados de agrotóxicos. Dois anos depois, em Pernambuco, mais especificamente na cidade de Recife, a UFRPE ganhava seu primeiro curso de Ciências Sociais. Contudo, a associações que oficializa o curso, isto é, quando o à época Ministério da Educação o reconheceu, ocorreu apenas no ano de 1999. Inclusive, sendo a UFRPE uma universidade cuja história é marcada pelos cursos agrários e, por conseguinte, por temas rurais, o curso de CS era, na verdade, o curso de Sociologia Rural.

Para analisar como o curso se relacionava com a temática de agrotóxicos, fizemos entrevistas, observação e análise documental. Além disso, devemos lembrar que a minha formação no curso de CS me privilegiou com pistas para responder minhas perguntas. Assim, selecionamos uma cadeira do quarto período do bacharelado em CS da UFRPE - a cadeira Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade (MADS). A disciplina contém a seguinte bibliografia, conforme análise documental:

Básica:

BRUM, A. J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAVALCANTI, CLOVIS (Org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Editora Cortez/Fundaj, 4ª. edição, São Paulo/Recife, 2003.

LEITE, Sérgio (org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

NORGAARD, Richard. Valoração Ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, CLOVIS (Org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Editora Cortez/Fundaj, 4ª. edição, São Paulo/Recife, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Civilização Brasileira, Rio Janeiro, 2002.

Complementar:

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade. O que é - O que não é. Editora Vozes. Petró-



polis/Rio de Janeiro, 2012.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.O *o novo rural brasileiro. Políticas Públicas. Jaguariúna: EMBRAPA MEIO AMBIENTE, v.4, 2000.*

CAPORAL, F.R. *et al. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA, 2006...*

Um livro chamou mais atenção que os outros, pois as entrevistas e a observação participante possibilitaram identificar outro termo circulando pelo campus da UFRPE, a saber, o termo agroecologia. O livro era o seguinte: *Agroecologia, matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável?* Brasília: MDA, 2006. Novamente, o termo agroecologia em si não era lá nossa preocupação, já que nas entrevistas, por exemplo, a definição de seu significado variava conforme entrevistado/a.

O que era mais interessante, e que parecia reluzir como ouro para nossos interesses de pesquisa, eram as siglas que apareciam no índice catalográfico do livro. MDA é a sigla para Ministério do Desenvolvimento Agrário. O que significava, basicamente, que no ano de 2006, uma instituição do governo federal, que vivia uma jovem democracia, estava associando-se a formação agroecológica brasileira por meio de um ator: um livro⁵⁴.

Para a sociologia associativa, devemos levar a sério a atuação de objetos na análise e descrição de movimentos que deslocam acontecimentos, fatos ou decisões de um local para outro (LATOUR, 2012). Assim, quando nos atemos ao livro, podemos observar alguns elementos que apontam para associação de interesses entre diferentes instituições; ao mesmo tempo podemos assentar empiricamente esses interesses em decisões tomadas em diferentes locais. Neste sentido, a autorização para um provável patrocínio ou financiamento para a publicação do livro sobre agroecologia partiu da cidade de Brasília, Distrito Federal. Depois o livro foi incorporado por cientistas sociais de Recife, a uma cadeira de formação de cientistas sociais.

Latour (2012) chamou de sujeitificação o processo em que a inter-objetividade dos ambientes enquadra e define pessoas como sujeitos. Aqui, percebe-se que a sujeitificação de uma cientista social está condicionada por uma cadeia de interesses e decisões que possibilitarão uma *rotina educativa* na qual um “tipo ideal” imaginado de cientista social será formado. Nada impede, no entanto, que uma cientista social não deseje seguir o que tal formação está indicando. É aqui, por exemplo, que a descrição da rede possibilita mostrar até onde a associação está indo. Isto é: até as salas de aula; mas se a estudante se tornará uma agroecóloga, por exemplo, é algo indeterminado. De um ponto de vista teórico, aqui

⁵⁴ Tenho chamado de “agências de papel” essa capacidade formatadora da burocracia de realizar agenciamentos autorizando ou desautorizando ações.



é onde a sociologia associativa restitui a capacidade crítica e decisória (a reflexividade) do ator, pois não se presume mais que seja tarefa do analista decidir no lugar do ator (se a estudante deve ser uma agroecóloga ou uma pesquisadora empregada por empresas de pesquisa de mercado, de política e/ou de opinião).

No tocante à capacidade reflexiva dos atores, e tendo em vista o alcance da rede até o departamento de CS da UFRPE, vale mencionar que alguns estudantes de CS (entrevistadas) se vinculavam a grupos de estudo e outras atividades de pesquisa e de extensão relacionadas à agroecologia e, por conseguinte, ao combate ao uso de agrotóxicos. Um exemplo basta para descrever como a agroecologia torna-se não apenas um componente que sujeitifica estudantes de ciências sociais, mas também pessoas de outros ambientes. Com o projeto Escola Comunitária de Artes e Reforço Escolar (ECARE), o foco do trabalho do grupo vinha sendo o de construir um projeto de extensão baseado em agroecologia e outra entidade: a permacultura (descrição abaixo).

Pensamos e Projetamos com a Permacultura& Agroecologia pois é assim o seu conceito:

“É a tentativa de criar espaços humanos aonde os elementos (componentes vivos), as estruturas físicas e todas as energias existentes localmente e vinda [sic] de fora se relacionam de forma a montar um espaço altamente sustentável. Este sistema é planejado para atender a todas as necessidades dos elementos no próprio local. A ideia principal é que estes sistemas sejam ecologicamente corretos e economicamente viáveis e que supram suas próprias necessidades, não explorem ou poluam e que, assim, sejam sustentáveis em longo prazo.”

O que é interessante de se analisar para os fins desta pesquisa, é que novamente temos a “agência de papel”: o texto transporta decisões e interesses, agora, para uma comunidade que está localizada na vizinhança da UFRPE, próxima a famosa Av. Caxangá, de Recife. Desse modo, a agroecologia (e a permacultura) realizam um movimento cuja figuração (como uma rede permite mapear uma correlação entre docentes de CS, grupos de extensão, estudantes de graduação e, possivelmente, moradores da comunidade de Nova Morada. Assim, a possibilidade de mudança surge como um movimento vinculado à UFRPE, demonstrando, por outro lado, e novamente, essa capacidade de os atores se utilizarem “da estrutura” e conciliarem seus interesses pessoais com a mudança social.

Agronomia e defensives agrícolas

Depois de apresentado um recorte de agenciamentos realizados em torno do combate aos



agrotóxicos no curso de CS, agora o movimento será por outra via: pelo curso de Agronomia. O objetivo é o mesmo: descrever as associações descobertas e operantes na formação (sujeitificação) de estudantes de Agronomia na UFRPE. Cabe, por outro lado, lembrar de uma questão mencionada anteriormente - que a UFRPE nasce dos cursos de agrárias (portanto a força desse campo é composta por associações bem mais antigas que as de CSs).

Somente a partir de 1967 é que a UFRPE recebe seu atual nome; antes chamava-se Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. O curso de Agronomia foi instituído pelo decreto 13.028, de 1918 e, inicialmente, tal área estava ligada ao Ministério da Agricultura. O Conselho Federal de Agronomia (CONFEA) foi instituído pelo decreto nº 23.569, e pela sanção da figura amada e odiada de Getúlio Vargas, em 1933. Até o ano de 2016, o CONFEA contava com aproximadamente um milhão de associadas. Segundo tal órgão, sua contribuição econômica para o país respondia (até aquele ano) por até 70% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O nosso objeto de pesquisa aparece na fala de nossos atores:

O objetivo do curso de Agronomia é ensinar o conteúdo de Ciências Agrônomicas de ensino superior, formando engenheiros agrônomos capazes de promover, orientar e administrar a utilização dos factores [sic] de produção [...] O mundo de trabalho ainda se estende a produtores rurais, cooperativas, indústrias de fertilizantes e defensivos agrícolas para os bancos e supermercados para os setores públicos, como os estados e municípios secretarias de agricultura, como IPA, IBA-MA, SUDENE, EMATER, INCRA, SENAR, Escolas Agrotécnicas e Universidades.

Como estudante de CS, eu sentia algo familiar ao etnólogo francês que, por exemplo, estuda identidades e grupos étnicos indígenas na Amazônia brasileira ou no Nordeste do Brasil. Isto é: sair das CS e ir para o curso de Agronomia causou uma saída do familiar e do habitual, gerando um *estranhamento*. Se nas CS eu me considerava um nativo, cujo esforço era *estranhar* deliberadamente aquilo que era familiar na formação de cientistas sociais (por exemplo: por que parece existir um comportamento comum entre cientistas sociais que os e as mobiliza a combater o capitalismo e o agronegócio?); na Agro. a linguagem era diferente. Agrotóxicos circulavam, conforme observação, com “cidadania” (poderíamos falar de uma resistência política? “Aqui, os pobres defensivos, difamados pela esquerda, detém asilo político”).

Para entrar no campo, e ter acesso aos Planos Políticos Pedagógicos de Agronomia (PPPA), nossa guia foi essencial. A docente nos indicou a cadeira de Controle de Plantas Invasoras; já a coordenação do curso nos forneceu o PPPA. A cadeira era do quinto período, o que pa-



recia interessante para os propósitos de pesquisa, pois o curso de Agro. tem 10 períodos.

Tal como fiz com CS, observemos a ementa do curso:

DEUBER, R. *Ciência das plantas daninhas: fundamentos*. v.1, 2. ed. Jaboticabal: FUNEP, 1992. 431p.

____ *Ciência das plantas infestantes*, v. 2. Campinas, 1997. 285p.

OLIVEIRA Jr., R. S. de, CONSTANTIN, J. *Plantas daninhas e seu manejo*. Guaíba: Agropecuária, 2001. 362p

LORENZI, H. *Manual de identificação e de controle de plantas daninhas*. 5. ed. São Paulo: Novas Odessa, SP, 2000. 339p.

RODRIGUES, B. N.; ALMEIDA, F. S. de. *Guia de herbicidas*. 4. ed. Londrina; Londrina, 1998. 648p

TOMOMASSA, M. *Técnicas de aplicação de defensivos agrícolas*. Jaboticabal, 1990. 139p

VARGAS, S. *etalli*. *Resistência de plantas daninhas a herbicidas*. Viçosa, 1999. 131p

VIDAL, R. *Herbicidas: mecanismo de ação e resistência*. Porto Alegre, 1999

Já a disciplina de CPI apresentava a seguinte ementa:

CARVALHO, L.B. de. *Herbicidas*. 1ª ed. Lages, SC: Edição do autor, 2013. 62p. (disponível para download).

CARVALHO, L.B. de. *Plantas Daninhas*. 1ª ed. Lages, SC: Edição do autor, 2013. 82p. (disponível para download).

CHRISTOFFOLETI, P.J. (coord.). *Aspectos de resistência de plantas daninhas a herbicidas*. Londrina: Associação Brasileira de Ação a Resistência de Plantas aos Herbicidas (HRAC-BR), 2003. 90p. (disponível para download).

KISSMANN, K.G.; GROTH, D. *Plantas Infestantes e Nocivas - Tomo II*. 2ª ed. São Paulo: BASF, 1995. 976p. (Tomos I e III também).

LORENZI, H. *Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional*. 6ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, 2006. 339p.

LORENZI, H. *Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas*. 4ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., 2008. 608p.

MOREIRA, H.J. da C.; BRAGANÇA, H.B.N. *Manual de identificação de plantas infestantes - Hortifrúti*. Campinas, SP: FMC AgriculturalProducts, 2011. 1017p. (disponível para download) (Arroz e Cultivos de Verão também).



OLIVEIRA Jr., R.S. de; CONSTANTIN, J.; INOUE, M.H. (Eds.). **Biologia e manejo de plantas daninhas**. Curitiba, PR: OMNIPAX Editora Ltda, 2011. 348p. (disponível para download).

SILVA, A.A. da; SILVA, J.F. da. (eds.). **Tópicos em manejo de plantas daninhas**. Viçosa, MG: Funep, 2007. 367p.

Selecionei o livro “Aspectos de Resistência de Plantas Daninhas a Herbicidas”. Ele é vinculado a Associação Brasileira de Ação à Resistência de Plantas Daninhas (HRAC-BR). Eu não conhecia a entidade, mas tal como o MDA, no caso do livro sobre agroecologia, decidi investigar essa entidade. A HRAC-BR é uma entidade na qual é permitida associação de qualquer entidade jurídica que comercialize herbicidas. Em seu sítio de internet, a associação lista seus afiliados: ADAMA, IHARA, ArystaLifeScience, ISK Bioscience do Brasil Defensivos Agrícolas, BASF: The ChemicalCompany, Monsanto, Syngenta entre outras.

Tão logo me debrucei sobre aquele objeto, tão logo pude mapear as associações participantes da sujeitificação de profissionais de Agronomia na UFRPE. Do mesmo modo que cientistas sociais estavam ligadas a outros locais e interesses, agrônomas que assistiam aulas estavam na presença de objetos em sala de aula ligados aos interesses de outras entidades. Neste sentido, a formação em Agro. - ou a formação acadêmica de uma ciência sancionada - aparece como extensão do mercado de agronegócio e da agricultura brasileira.

Conclusão: os efeitos do conhecimento científico

Com este texto pude apontar (desajeitadamente) para uma possibilidade de uso da sociologia associativa como uma ferramenta analítica capaz de descrever movimentos de composição de associações. Se o uso “desajeitado” foi proposital, isso não se traduz em falta de confiabilidade. A intenção deste texto foi demonstrar em formato de rede, como diferentes interesses se relacionam entre seres humanos que tomam decisões em um local e, posteriormente, utilizam objetos para transportar suas decisões para outros locais. Em outras palavras, essa modesta tarefa remete a algo muito mais complexo do que aparenta à primeira vista: a própria constituição da “globalização” ou do “Estado Moderno”, segundo a teoria ator-rede, só se torna possível por meio dessa cadeia de translações/traduições de interesses por meios chamados de sociotécnicos (LATOUR e CALLON, 1981; LATOUR e STRUM, 1987).

Em segundo lugar, a questão do nome, antes dito como aparentemente não tão importante, agora aparece com total relevância. O significado de um termo, curiosamente, remete a uma rede de decisões e de questões de autoridade. Quando o filósofo Jacques Derrida



(1930-2004) fala de autoridade hermenêutica e consignação do arquivo (2001), ele está falando da instituição de um nome e, ao mesmo tempo, dos especialistas que estão por trás de sua feitura. Em minha pesquisa, uma inquietação que me guiava era a de estar num ambiente universitário diante de uma controvérsia entre essa, digamos, comunidade de especialistas: de um lado, Agronomia, de outro, Ciências Sociais. Aproveitei esse privilégio de caminhar entre acadêmicos para investigar o assunto, já que a população que não tem acesso às universidades pode apenas confiar no que a mídia comunica/informa sobre “descobertas” e estudos científicos, confiando, assim, na credibilidade científica⁵⁵.

Novamente pensando com Derrida, ele cita Montaigne (1533-1592) nas entrelinhas de uma passagem de Pascal (1623-1662), apontando para “o caráter místico da autoridade” (DERRIDA, 2007 [1990], p. 20), e com o primeiro, diz que, em alguma medida, a autoridade, no caso da Lei e o Direito, existe não porque é justa em si, mas porque é lei. Analogamente, tenho dito que não é diferente o processo que tenho observado na feitura da ciência e na produção do conhecimento; ao menos não no que tange a questão do dentro da ciência e do fora dela. Resultado: a ciência parece compartilhar esse caráter místico da autoridade, pois do lado de dentro, vemos a ciência em construção (LATOURET, 2000), quando os especialistas estão ainda tomando decisões; mas de fora, apenas acreditamos na autoridade “mística” dos cientistas⁵⁶.

Por outro lado, não estou buscando desacreditar a ciência, mas antes apontar para uma mudança de abordagem das Ciências Sociais que tem levado para o estudo das práticas (CORRÊA, 2014; ORTNER, 2011); na Antropologia mais recente tem se relacionado com os estudos dos efeitos do conhecimento (LEACH, 2012), e não de oposições clássicas entre “ciência versus mito/crença/religião”; na Sociologia pós-bourdiesiana tem se apontado para a sociologia pragmática ou das provas (CORRÊA, 2017). Todavia, tais projetos podem ser rastreados desde as intuições da antropologia cultural norte-americana, já preocupada com o exercício de questionamentos de nossos próprios comportamentos e valores dominantes (BENEDICT, 2013 [1946]). Na sociologia do conhecimento científico que funda a ideia de princípio de simetria, por exemplo, também se questionava por que a ciência considerava heresia estudar sociologicamente a própria ciência (BLOOR, 2009 [1976]).

55 Em pesquisa mais recente (BRITO, 2019), chamei de comunicadores os humanos e objetos responsáveis por transmitir mensagens de dentro de um lugar para outros. No caso de equipe de jornalismo, microfones, câmeras e demais aparelhos transmitiam fatos científicos para uma audiência (a população), traduzindo a linguagem técnica para que o público compreendesse o que o fato significava. No entanto, enquanto o fato era comunicado, entre especialistas o fato não estava fechado, pois cientistas de diferentes lugares e instituições não concordavam com os resultados sobre, neste caso, a possível transmissão de Zika vírus por muriquinhos ou pernilongos comuns (*Culex quinquefasciatus*). Ou seja: o que era verdade para a população era controvérsia para cientistas.

56 Falar em autoridade mística na ciência significa apontar para um efeito da ciência; não para a questão verdade versus falsidade; ou para o conhecimento em si. Tal efeito também não deve ser presumido, mas observado empiricamente. Neste caso, me refiro aos efeitos da aceitação acrítica da autoridade científica como aspecto comportamental a ser observado/catalogado. Um exemplo dos efeitos da ciência e a controvérsia sobre agrotóxicos pode ser observado em blog pessoal: <https://form-acaoblog.blogspot.com/2019/03/provas-cientificas-contr-agrotoxicos.html>.



Com a pesquisa ora (parcialmente) descrita, outra questão também se levanta no mesmo tom das considerações sobre autoridade hermenêutica. Quando os diferentes modos de conhecer são diagnosticados (FOUCAULT, 2008 [1981]), ao menos desde a chamada Idade Média até a Modernidade, a relação entre saber/poder pôde ser trazida ao primeiro plano (FOUCAULT, 2015 [1975]). No entanto, diagnosticar a episteme também significa seguir as redes que geram efeitos a partir de uma autoridade instituída. Por conseguinte, permite catalogar como as associações são alteradas. Antropologicamente falando, possibilita compreender a ciência como algo local, culturalmente relativo - ou como uma ontologia que constitui a separação natureza-cultura como universalidade a partir de uma concepção própria de ser no mundo. Do que resulta em pensar como as próprias Ciências Sociais jamais deixaram de fazer o mesmo que faziam aqueles que ela denunciava (LATOURETTE, 1994). A saber - pressupor uma autoridade mística sobre si mesma e, por conseguinte, produzir conhecimento científico em busca de gerar efeitos baseados em princípios morais e valorativos assumidos como um bem comum subentendido. Derrida jamais deixou de alertar sobre o caráter violento da instituição do arquivo e da Lei (DERRIDA, 2001; 2007).

REFERÊNCIAS

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Tradução, Ricardo A. Rosenbuch, Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. Tradução de Marcelo do Amaral Pennaforte. São Paulo. Editora UNESP, 2009. FOUCAULT, 2007, 2013.

BRITO, Gabriel Ferreira de. **Zika vírus: uma pesquisa sobre a participação da Fundação Oswaldo Cruz no combate à epidemia de Zika**. 2019. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Sociologia) 109 f . UFPE, Recife.

CORRÊIA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. (Online) **Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho**, n. 40, pp 35-62, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/18140>. Acesso: 6 jul. 2016.

_____. Pragmatismo e sociologia. In: SELL, Carlos Eduardo. e MARTINS, Carlos Benedito (Org.s). **Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas**. São Paulo, Annablume Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução, Salma Tannus Muchail, Martins Fontes, São Paulo, 2007.



_____. *Microfísica do Poder* (3 ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

_____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro, RelumeDamará, 2001

LATOUR & CALLON, 1981 Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists hel them to do so. In: K. Knorr-Cetina, and CICOUREL, A. V. *Advances in social theory and methodology: Toward an integration of micro- and macro-sociologies*. Boston, Routledge & Kegan Paul, 1981. Cap. 10, pp. 277-303.

LATOUR, Bruno; STRUM, Shirley S. Redefining the social link: from baboons to humans. *Social Science information* (SAGE Social Science Collection), London, n. 26, v. 4, 1987. Disponível em: <http://ssi.sagepub.com/content/26/4/783.extract>. Acesso em: 24 mar. 2016.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afo- ra*. São Paulo. Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador, EDUFBA, 2012; BAURU, São Paulo, 2012

LEACH, James. *Leaving the Magic Out: Knowledge and Effect in Different Places*. In: *Anthropological Forum*, Vol. 22, No. 3, 251-270, 2012. Disponível em: <https://www.james-leach.net/downloads/Leaving%20the%20Magic%20Out%20published.pdf>>. Acesso: 31 ago. 2019.

ORTNER, Sherry B. Teoria antropológica desde os anos 60. *Mana* 17(2): 419-466, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200007. Acesso: 9 set. 2018.